



humanitas

FEDERAÇÃO PORTUGUESA
PARA A DEFICIÊNCIA MENTAL

Plano de Ação

2024

-
-  Praça de Londres, 9 – 4º esq
1000-192 Lisboa
 -  218453510
 -  humanitas@humanitas.org.pt
 -  <https://humanitas.org.pt/>

I. INTRODUÇÃO

Mais do que uma exigência estatutária o Plano de Ação anual proposto pela Direção da Humanitas e posteriormente discutido em Assembleia Geral, consiste num documento importante que deve constituir uma base para uma reflexão coletiva sobre o que as Associadas desta Federação querem para um futuro próximo nas suas Instituições, numa perspectiva de antecipação do caminho que pretendem seguir.

As duas importantes linhas de ação a que nos propusemos no início deste mandato: **Representatividade e Influência Institucional e Inovação / Formação das Associadas** continuarão a permanecer nas nossas prioridades numa dinâmica firme com vista à excelência de atendimento, dentro de uma sólida sustentabilidade económica e financeira, e à prossecução do nosso principal objetivo de tornar presente na sociedade portuguesa a voz das pessoas com deficiência intelectual.

Todos sabemos que as nossas Instituições estão a passar um período difícil. Cálculos simples mostram-nos que, apesar de todas as atualizações dos acordos de cooperação que têm sido feitas ultimamente, o que recebemos do Estado não compensa o aumento do custo médio utente. Ao mesmo tempo, as participações familiares diminuíram pois com a crise económica que atravessamos os rendimentos familiares sofreram em geral um decréscimo significativo. O salário mínimo continua a aumentar (o que concordamos totalmente) esmagando cada vez mais os salários dos técnicos e terapeutas que, em proporção, veem o seu poder de compra diminuir e procuram muitas vezes para trabalhar outros lugares mais aliciantes financeiramente. A retenção de talentos é cada vez mais difícil nas nossas Instituições, chegando mesmo a ser impossível a contratação de alguns terapeutas mais especializados que veem no setor privado a perspectiva de uma vida muito melhor!

Por isso devemos, temos, de estar juntos num esforço coletivo de reflexão e ação que potencie e facilite o trabalho de todos. Sempre atentos aos direitos das pessoas com deficiência intelectual dentro de linhas de ação preconizadas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a nossa ação revela-se cada vez mais exigente sendo necessário avaliar continuamente as nossas práticas numa abordagem participativa e transversal dentro de uma discussão aberta de ideias e de propostas concretas.

No ano de 2024 irá ser comemorado pela primeira vez em Portugal o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual, resultado de uma petição lançada pela Direção da Humanitas. A deficiência intelectual precisa de ser sentida, precisa de ser conhecida, para ser incluída! Se existem questões comuns a todas as deficiências, existem especificidades na deficiência intelectual que precisam de ser faladas, discutidas, mostradas sob pena de, se isto não acontecer, estas continuarem a ser esquecidas, e por vezes voluntariamente ignoradas. As pessoas com deficiência intelectual também são portuguesas de pleno direito, com capacidades, sonhos e ambições.

A Direção

II. Atividades Previstas

REPRESENTATIVIDADE em Órgãos Governamentais

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

- Acompanhar a implementação das novas estruturas de RAI e de CACI, sugerindo modificações nas portarias aprovadas de modo a que estas valências sejam adequadas às exigências de qualidade de serviço e de sustentabilidade das organizações.
- Alertar para a necessidade de aumentar o número de acordos de cooperação na Intervenção Precoce com vista a uma resposta mais adequada e eficaz
- Participar ativamente no projeto de transição do Modelo de Apoio à Vida Independente reconhecendo a sua grande importância no apoio à pessoa com deficiência
- Pressionar a tutela para fomentar o alargamento financiado da rede de apoio residencial adequado às exigências e necessidades
- Dar continuidade às propostas de alteração à legislação referente ao edificado das valências de apoio à deficiência tornando-a mais simples e exequível.
- Apresentar documentos de trabalho e organizar ações, resultado da consulta às organizações filiadas, no que toca a necessidades / complexidades que vão surgindo na sua realidade institucional
- Manter a participação na Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência, no âmbito do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social (CNPSSS).

Instituto Emprego e Formação Profissional - IEFP

- Manter o relacionamento com o Instituto, no âmbito do Fórum para a Integração Profissional, bem como, continuar o trabalho desenvolvido e estreitar o relacionamento com as organizações congéneres, na Plataforma.
- Pressionar o IEFP para a abertura de novas candidaturas, para que não exista um hiato de tempo de quase dois anos em que as pessoas com deficiência poderão não aceder à formação profissional.
- Exigir ao IEFP a transposição para a legislação e a prática do que foi acordado em áreas como a organização e financiamento da formação profissional e a rede e atribuições dos Centros de Recursos para a Qualificação e Emprego.
- Acompanhar o Grupo de Trabalho sobre os Referenciais de Formação no âmbito da Qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade, que tem por objetivo a análise e apresentação de propostas de flexibilização da atual oferta formativa, equacionando-se o alargamento destas respostas ao nível 4 de qualificação (incluindo a definição da componente de formação de base) e a sinalização de novos referenciais de formação que possam vir a ser adaptados e integrados no Catálogo Nacional de Qualificações.

Direção-Geral de Educação – DGE

- Participar ativamente na Comissão de Acompanhamento dos CRI, procurando, em conjunto com as outras federações que dela fazem parte, definir claramente o enquadramento dos CRI. O papel ativo de todas as organizações, que têm esta parceria educativa, estabelecida com os Agrupamentos de Escolas com quem trabalham, pode vir a ser decisivo para todo o caminho futuro que vier a resultar das mesmas, na base de princípios claros de intervenção no âmbito educativo.
- Ao mesmo tempo, e também com um enorme significado para todos, terão de ser encontradas soluções, na já referida Comissão de Acompanhamento, para o modelo de financiamento dos Centros de Recursos para a Inclusão, por forma a estabelecer uma relação clara e transparente, que permita às organizações:
 - a) programar estratégias de atuação e de gestão compatíveis com as necessidades a que há que dar resposta;
 - b) responder positivamente às expectativas dos colaboradores que trabalham nesta área criando estabilidade nas equipas e consequentemente maior qualidade de ação
 - c) efetuar uma intervenção e apoio que sirva efetivamente aqueles a quem todo o trabalho se destina, as crianças e jovens no seu percurso e sucesso educativo.

Instituto Nacional para a Reabilitação - INR

- Manter o relacionamento com o Instituto, no âmbito dos grupos de trabalho em que a Federação for chamada a intervir.
- Continuar a apresentar e a desenvolver Projetos, no âmbito do Programa de Financiamento a Projetos do Instituto, caso estes se ajustem às áreas temáticas publicadas pelo INR.

REPRESENTATIVIDADE em Órgãos Não Governamentais

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS

- Manter, como prioridade estratégica, a participação na Confederação integrando nos Grupos de Trabalho já existentes e que venham a ser criados, consolidando a participação nas Comissões especializadas no âmbito do Compromisso de Cooperação 2023/2024.
- Continuar a ser presente a voz da deficiência intelectual dentro dos órgãos da Confederação, através de uma participação ativa no Conselho Geral e como representantes da área da deficiência no Conselho Permanente.
- Colaborar com a Confederação na criação de políticas públicas e estratégias governamentais que apoiem e dignifiquem a pessoa com deficiência intelectual.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos – ODDH

- Manter a parceria e a participação ativa no Conselho Consultivo do ODDH, tendo em conta a atividade do mesmo na promoção de processos participados de monitorização e de desenvolvimento dos direitos humanos das pessoas com deficiência, e que incide em quatro eixos:
 - ✓ Informação - Disseminação dos resultados de investigação desenvolvida no ISCSP sobre a temática da deficiência e direitos humanos.
 - ✓ Formação - Capacitação de pessoas com deficiência, organizações representativas, profissionais do sector, investigadores e outros atores interessados.
 - ✓ Investigação - Apoio ao desenvolvimento científico no domínio da Deficiência e direitos humanos.
 - ✓ Intervenção Social e *Policy advice* – testagem e implementação de ferramentas participativas, em parceria com as Organizações da deficiência, de modo a contribuir para a implementação de políticas públicas.
- Continuar com a parceria ativa no âmbito do Projeto EQUAL - Igualdade perante a lei e o direito à autodeterminação das pessoas com deficiência intelectual e psicossocial em Portugal: Um estudo exploratório, submetido à Fundação para a Ciência e Tecnologia;
- Participar anualmente no Encontro e Relatório – “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos” publicado pelo ODDH, em parceria com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa.

Mecanismo Nacional de Monitorização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

- Manter a participação Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conforme Lei nº 71/2019 de 2 de setembro. Este organismo independente tem como função promover, proteger e monitorizar a implementação da Convenção tendo em conta a jurisprudência do Comité das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

EASPD - European Association of Service Providers for Persons with Disabilities

- Proceder ao pedido de filiação plena após esgotado o tempo como membro observador da EASPD;
- Participar ativamente nas Assembleias Gerais da EASPD bem como em Grupos de Interesse, nomeadamente Intervenção Precoce, Educação Inclusiva e Vida Inclusiva;
- Divulgar informações de financiamento disponível exclusivamente para membros e informações úteis sobre projetos em aberto, pesquisas de parceiros, bem como guias de financiamento da UE e ferramentas de gestão de projetos, junto das filiadas da HUMANITAS;
- Disseminar, através dos canais da EASPD, o trabalho da organização e filiadas através de newsletters, redes sociais, entre outros;
- Disseminar pelas filiadas os eventos e atividades a realizar pela EASPD e incentivar a sua participação.

FORMEM / FENACERCI / FAPPC / FPDA

- Estreitar o trabalho de parceria entre Federações no sentido de aprofundar o desenvolvimento estratégico a assumir no âmbito do aumento da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência e Incapacidades, desenvolvendo iniciativas em conjunto.

OUTROS AGENTES ACADÉMICOS / ECONÓMICOS / SOCIAIS / EMPRESARIAIS

- Privilegiar a continuidade dos serviços em colaboração com a Comunidade, através do estabelecimento de parcerias, consolidando as já existentes, bem como, estabelecer novas relações com empresas, universidades, organizações públicas e privadas e ordens profissionais, de forma a gerar sustentabilidade e ganhos para ambas as partes e sempre visando os benefícios para as filiadas e a participação ativa na sociedade das pessoas com deficiência intelectual.

ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO / INOVAÇÃO

- Continuar com a iniciativa Bolsas de Estudo "HUMANITAS" – 5ª Edição - para estudantes do ensino superior que pesquisem sobre temas relacionados com a deficiência intelectual, contribuindo assim para promover a investigação nesta área, dando-lhe publicamente um maior realce e permitindo à Direção ter bases para propor junto da tutela políticas públicas fundamentadas cientificamente

- Prosseguir com a 5ª Edição do Prémio "Criar para Inovar" aberto a todas as organizações filiadas, onde se destaquem projetos que façam a diferença no apoio às pessoas com deficiência intelectual. Os projetos submetidos serão apresentados num encontro temático, com o apoio da Fundação Manuel António da Mota;

- Assinalar o "Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual – 10 de maio – disseminando diferentes iniciativas

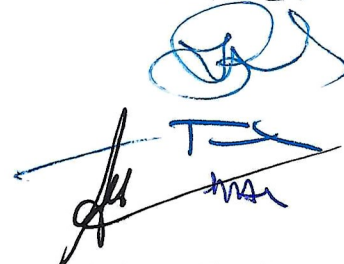
- Manter Apoio Jurídico às filiadas, através da articulação com entidades parceiras e/ou com entidades detentoras de conhecimentos Jurídicos sobre as várias áreas temáticas;

- Consolidar o trabalho já iniciado, no âmbito dos Grupos de Trabalho / Reflexão, constituído por técnicos provenientes das filiadas, sobre as diferentes respostas sociais, com vista à partilha de práticas e experiências que poderão melhorar a qualidade de atendimento de cada uma

- Continuar com plano de formação, com entidades especializadas / acreditadas na área, com vista à atualização e aperfeiçoamento de competências pessoais e laborais dos colaboradores das organizações filiadas.

- Fomentar Projetos de Inovação de cariz nacional e internacional, com o principal objetivo de construir materiais ou ferramentas técnicas que constituam uma mais-valia na qualidade de atendimento que as filiadas dispensam aos seus clientes.

- Publicar quadrimestralmente a Revista Digital onde serão discutidos/ analisados temas diversos sobre a Deficiência Intelectual envolvendo pessoas de diferentes quadrantes – Famílias, Técnicos, Personalidades de âmbito político e outras.



- Realizar periodicamente um “Conversar é preciso”, workshops que se dedicam, como o nome indica, a discutir temas de índole prática ou científica com importância relevante para a ação e reflexão das Associadas e do público em geral

- Reforçar a comunicação de modo a ampliar o impacto social da federação com vista a melhorar a imagem pública da deficiência Intelectual em Portugal.

III. Orçamento 2024

Notas Explicativas sobre a Conta de Exploração Previsional - 2024

Código da Conta	GASTOS	VALORES 2024		VALORES 2023		Variação
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS					
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo					
6144...	Outros		0		0	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS					
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	0		0		
6222	Publicidade e Propaganda	4 500		5 750		-22%
6221+6224	Trabalhos especializados	13 500		13 500		0,00%
6226	Conservação e reparação	150	18 150	500	19 750	-8,10%
623	MATERIAIS					
6231	Ferramentas e utensílios	100		200		-50%
6232	Livros e documentação técnica	100		150		-33%
6233	Material de escritório	1 800	2 000	2 500	2 850	-29,82%
624	ENERGIA E FLUIDOS					
6241	Electricidade	650		650		0%
6242	Gás	70		90		-22%
6243	Água	200	920	200	940	-2%
625	DESLOCAÇÕES E ESTADAS E TRANSPORTES					
6251	Deslocações e Estadas		7 000		13 500	-48,15%
626	SERVIÇOS DIVERSOS					
6261	Rendas e Alugueres	11 010		10 747		2%
6262	Comunicações (correio, telefone, internet e ZOOM)	1 700		1 700		0%
6263	Seguros	0		0		0%
6265	Contencioso e notariado	100		100		0%
6267	Limpeza, higiene e conforto	150		200		-25%
6268	outros serviços	200	13 160	200	12 947	0%
	Total		41 230		49 987	-17,52%

63	GASTOS COM O PESSOAL					
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL					
	Remunerações normais + Sub. Férias e Natal +					
6321	Diuturnidades	20 480		20 480		0%
6322	Subsídio Alimentação	1 250	21 730	1 250	21 730	0%
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES		4 567		4 567	0%
636	SEGUROS DE ACIDENTES DE TRAB. E					
638	DOENÇAS PROFISSIONAIS		200		200	0%
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL					
6382	Abono Falhas	350		350		
6372	Formação profissional	150	500	200	550	-9%
	Total		26 997		27 047	0%
64	GASTOS DE DEPRECIações E DE					
	AMORTIZAÇÃO		0		0	
65	PERDAS POR IMPARIDADE		0		0	
			68 227		77 034	-11,43%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS					
688	OUTROS		0		0	
6882	Donativos					
6883	Quotizações a organismos Nacionais		860		860	0%
6883	Quotizações a organismos Internacionais (EASPD e FIADOWN)		2 000		3 700	
			71 087		81 594	-12,88%
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO					
698	OUTROS GASTOS E PERDAS DE					
	FINANCIAMENTO		0		0	
			71 087		81 594	-12,88%
	RESULTADO LÍQUIDO PREVISIONAL		250,14		281,14	

Código da Conta	RENDIMENTOS	VALORES 2024	VALORES 2023	Variação
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
721	Quotizações das Instituições	34 560	33 048	4,58%
78	FINANCIAMENTO OBTIDO			
	Outros Financiadores (INR)			
	Apoio Funcionamento			
	Recursos Humanos	12 100	12 100	
	Deslocações	2 417,14	2 417,14	
	Encargo com água, eletricidade, comunicações e rendas	11 605	11 605	
	Mat. Consumível escritório e informática	1 705	1 705	
	Total	27 827,14	27 827,14	0,00%
	Projetos INR		18 000	
	Outros rendimentos e ganhos	3 000	3 000	0,00%
		65 387,14	81 875,14	-20,14%
	JUROS DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS OBTIDOS			
79	OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES			
798	Outros Ganhos		0	0%
7981	Donativos Recebidos	5 950		
		71 337,14	81 875,14	-12,87%

Tendo em vista a execução do Plano de Ação para 2024, propomos que o Orçamento, que se anexa, no montante de **Custos – 71.087€ / Proveitos – 71.337,14€** seja aprovado.

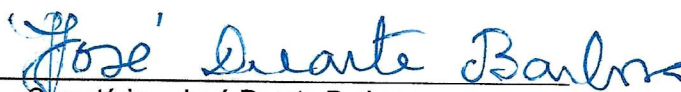
A Direcção da HUMANITAS



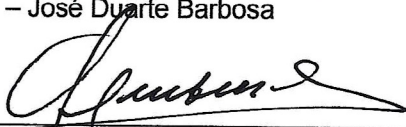
Presidente – Helena Maria Mamede Albuquerque



Vice-presidente – Maria Teresa Graça Moura de Meireles Guimarães



Secretário – José Duarte Barbosa



Tesoureiro – Luís Manuel Silva Amaral



Vogal – Rosa Maria Mendes Moreira

26 outubro de 2023